

Módulo

4

Gestão escolar no Maciço de Baturité

Sofia Lerche Vieira
Eloisa Maia Vidal
Organizadoras

Os parceiros na gestão da escola

Jacques Therrien
José Osmar Vasconcelos Filho
Priscila Marize Santos Amorim
Willana Nogueira Medeiros

Expediente

Reitor da UECE

José Jackson Coelho Sampaio

Reitora da UNILAB (pro tempore)

Nilma Lino Gomes

Coordenação Editorial

Eloisa Maia Vidal

Sofia Lerche Vieira

Projeto Gráfico

Roberto Santos

Editoração

Design Editorial

Ilustrações / Vinhetas

Guabiras / Antonio Eli

Revisão

Edísio Fernandes

Catálogo

Carmem Araújo

Este material é parte integrante do Projeto Observatório da Educação no Maciço de Baturité (OBEM) financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Edital nº 14/2011. Processo 474940/2011-0

G393 Gestão escolar no Maciço de Baturité / organizadoras Sofia Lerche Vieira, Eloisa Maia Vidal. – Fortaleza : Design Editorial, 2014.
5 módulos (152 p.) : il. ; 28 cm.

Conteúdo: Módulo 1. Fatores associados ao sucesso escolar / Sofia Lerche Vieira, Rosalina Moraes, Larissa Martins Dantas – Módulo 2. Planejamento e gestão no cotidiano da escola / Eveline Andrade Ferreira Siqueira, Antônio Nilson Gomes Moreira, Karla Karine Nascimento Fahel Evangelista. – Módulo 3. Leitura e internet na escola / Alana Dutra do Carmo, Fátima Portela Cysne, Steffany Maria de Lima Vieira. – Módulo 4. Os parceiros na gestão da escola / Jacques Therrien, José Osmar Vasconcelos Filho, Priscila Marize Santos Amorim, Willana Nogueira Medeiros. – Módulo 5. Os números ajudam a pensar / Eloisa Maia Vidal, Antônio Nilson Gomes Moreira.

Inclui referências bibliográficas, quadros, tabelas, mapas e gráficos.
ISBN 978-85-63699-09-1

1. Gestão escolar. 2. Planejamento escolar. 3. Educação. 4. Leitura. 5. Biblioteca escolar. 6. Internet – escola. 7. Indicadores educacionais. 8. Indicadores sociais. 9. Política educacional. I. Vieira, Sofia Lerche. II. Vidal, Eloisa Maia.

CDU: 371,2
027.8

Sumário

Objetivos do módulo	93
Introdução	93
1. Relação Escola-Família-Comunidade	96
1.1. Conselhos escolares	98
1.2. Programa Bolsa Família.....	101
1.3. Adesão à Agricultura Familiar	102
2. Relação Escola-Secretaria Municipal de Educação.....	105
3. Relação Escola-Universidade	109
4. A escola e outros parceiros	113
5. Considerações Finais	116
Referências	117
Sobre os autores	118

Objetivos do módulo

- Discutir a escola como espaço com potencial de estabelecer uma rede de colaboração com outros segmentos da sociedade a fim de fortalecer o seu projeto pedagógico de formação humana.
- Contribuir para a compreensão de que soluções simples, propostas coletivamente, podem concorrer para mudanças positivas no âmbito escolar.
- Ampliar o nível de conhecimentos e de percepções da comunidade escolar quanto às possibilidades de implementar ou aperfeiçoar mecanismos e modalidades de gestão pedagógica na sociedade contemporânea em contexto de economia social, solidária e sustentável.

Introdução

Este módulo do curso visa discutir e refletir sobre os parceiros fora do ambiente escolar que podem vir a contribuir para estabelecer uma rede de colaboração em busca da melhoria da qualidade da educação. Antes de começar a discussão propriamente dita, algumas indagações podem ajudar na busca da compreensão dessa parceria como:

1. Qual o nível de compreensão que os gestores educacionais têm sobre as possibilidades de a escola estabelecer nexos de parceria com o seu entorno?
2. Quais entidades deste entorno podem oferecer modalidades de colaboração?
3. Que possíveis contribuições podem ser identificadas em cada entidade parceira?
4. Ao perceber tais possibilidades é possível afirmar que a comunidade escolar deseja construir essas relações?
5. Há um entendimento que essa parceria pode ajudar a escola a cumprir melhor o seu papel histórico de formação humana?
6. Que vantagens podem decorrer dessa parceria?
7. E se há essa compreensão e desejo, por parte da comunidade escolar, que caminhos podem ser construídos para o estabelecimento de parcerias com esses segmentos?
8. Que desafios podem ser enfrentados e que prioridades de ações devem ser definidas?
9. Que políticas sociais podem ser constituídas envolvendo parceria entre a comunidade escolar, seu entorno e o Estado brasileiro?

O módulo discutirá possibilidades de a escola realizar o seu trabalho junto a parceiros em potencial. Serão evidenciadas características e especificidades dos segmentos já mencionados e, ainda, apresentadas percepções dos gestores escolares e educacionais de escolas da rede municipal pertencentes à região do Maciço de Baturité, sobre as relações entre: escola e família, escola e comunidade do seu entorno, escola e secretaria municipal de educação, escola e universidade.

Ratifica-se que a escola é entendida como espaço privilegiado de formação humana, que pauta a sua rotina no seu Projeto Pedagógico, construído coletivamente e marcado por intenções. No interior da escola interagem sujeitos com responsabilidades diferentes, mas que mantêm laços de dependência e de atitudes conver-



gentes, mesmo havendo posições conflitantes sobre determinados temas, situações que o exercício do diálogo franco e crítico pode superar pelo entendimento.

A escola consolidou-se como espaço construído historicamente pela sociedade, dedicado à formação humana. Em seu interior, acolhe pessoas com histórias de vida diferentes, com expectativas diversas, e que travam diariamente múltiplas relações, na perspectiva de dar resposta ao que dela se espera. Alunos, professores, funcionários e a direção (núcleo gestor) compõem a comunidade escolar, interagindo durante horas, diariamente, tentando vivenciar seu projeto pedagógico, sob o amparo do Regimento Escolar.



Saiba mais

Projeto Pedagógico e Regimento Escolar

O Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar (RE) são documentos fundamentais para a gestão escolar. O primeiro anuncia a intenção da escola no projeto de formação do aluno. Trata-se de um texto elaborado por toda a comunidade escolar em que se explicita concepções de mundo, de homem, de educação, que vão orientar as práticas pedagógicas e administrativas no dia-a-dia da escola.

Para se consolidar como PPP, o texto precisa ser vivenciado no cotidiano da escola e todos que participaram de sua construção devem assumir compromissos com a sua execução. “A dimensão política se cumpre à medida que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 1983, p. 93, citado por Veiga). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

O Regimento Escolar, por sua vez, constitui-se em documento que reúne as “Normas Regimentais Básicas” descrevendo as regras de funcionamento das instâncias da instituição escolar orientando a convivência das pessoas que nela atuam. Enquanto documento administrativo e normativo fundamenta-se nos propósitos, princípios e diretrizes definidas na Proposta Pedagógica da escola, na legislação geral do País e, especificamente, na legislação educacional.

Fonte: conteudoescola. Disponível em: <http://www.conteudoescola.com.br/regimento/43>). Acesso em 01/11/13.

Por si só, essa comunidade ao se relacionar na busca de alcançar o seu objetivo, já consolida um ambiente complexo, pois cada segmento tem um papel a cumprir e nenhum deles se realizará de forma isolada. O aluno aprende – e também pode ensinar – sob a mediação e o apoio do professor, que, por sua vez, precisa desenvolver seu projeto de ensino e de formação; e o faz em diálogo com o núcleo gestor e demais atores da escola. Cabe à Direção a condução do cotidiano escolar com o apoio do corpo de funcionários.

Para que o trabalho escolar aconteça é necessária uma ação concomitante e comprometida de todos aqueles que compõem a comunidade escolar. Nem sempre esse trabalho se realiza em harmonia. Por vezes, há divergências, mas o importante é que a condução das ações educativas possibilite todos os segmentos perceberem a relevância do trabalho, que deve ter como horizonte o desenvolvimento pleno do aluno.



Por outro lado, a escola não está isolada do mundo. Ela se insere num contexto sociocultural e nele se relaciona com diferentes grupos, entidades e instituições que viabilizam seu projeto pedagógico de aprendizagem à vida no mundo. Muito próximo a ela se encontram as famílias, presentes junto aos seus filhos e filhas, e o Conselho Escolar que articula diversas vozes e olhares dessa comunidade, participando das atividades promovidas pela escola em apoio à aprendizagem do aluno.

Não se pode ignorar, portanto, a comunidade que constitui o entorno da escola onde convive e que pode ser representada por um amplo leque de entidades. Pode-se ainda citar o Conselho Tutelar, o Conselho dos Direitos da Criança e da Adolescência, o Conselho da Juventude, assim como as comunidades organizadas na forma de associações ou de grupos, sejam eles religiosos, de coordenação de projetos sociais, de trabalhadores urbanos e rurais, de organizações empresariais, além de órgãos da magistratura e de conselhos de profissionais, dentre outros.



Saiba mais

Conselhos Tutelar, dos Direitos da Criança e da Adolescência, e Conselho da Juventude

Conselho Tutelar: No Brasil, os Conselhos Tutelares são órgãos municipais destinados a zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme determinado no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 131 a 140). Nasceu junto com o Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Conselho Tutelar é uma entidade vitalícia e uma vez criado não pode mais ser extinto. É autônomo em suas decisões – o que decide não recebe interferência de fora. É também não-judicial – não julga, não faz parte do judiciário, não aplica medidas judiciais. Devido ao seu trabalho de fiscalização, goza de autonomia funcional, não tendo nenhuma relação de subordinação com qualquer outro órgão do Estado.

Fonte: <http://www.obrasileirinho.com.br/denunciar-crime-contracrianca-e-fcil-veja-como/conselho-tutelar-quando-surgiu-e-para-que-serve/>. Acesso em 31/10/13.

Conselho dos Direitos da Criança e da Adolescência: órgão colegiado integrante do poder público nos seus três níveis. Tem caráter deliberativo, composição paritária entre membros do governo e da sociedade civil. Tem por finalidade elaborar e controlar políticas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, que venham assegurar a proteção integral a esses sujeitos. Foi criado pela Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, que homologa o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, explicitada tal criação em seu artigo 88, inciso II.

Fonte: http://www.egen.org.br/arquivosbd/basico/0.230149001296753559_conselho_dos_da_crianca_e_do_adolescente.pdf. Acesso em 02/11/13.



Conselho da Juventude: Apesar dos inúmeros acontecimentos em que se discutiram problemas da juventude no Brasil, a experiência dos Conselhos de Juventude no País é bem recente. Basta dizer que somente em 2005, a Lei 11.129 de 30 de junho cria a Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). A partir daí estados e municípios intensificaram suas ações visando à efetivação de seus conselhos. Os conselhos de juventude nas três esferas de poder são responsáveis por formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas para os jovens, bem como elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica desse público. O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, que é maioria no colegiado e reflete as diversas formas de organização e participação da juventude brasileira.

Fonte: www.juventude.gov.br Acesso em 31.10.13.

A Secretaria Municipal de Educação (SME), por sua vez, coordena a rede de escolas, exerce uma função marcante no cotidiano escolar, particularmente junto ao núcleo gestor e à formação e orientação permanente dos professores. Movida pelas demandas de aperfeiçoamento de sua gestão e em consonância com os incentivos nacionais, estaduais e municipais, e melhoria dos sistemas educacionais, deve se constituir como importante instância articuladora dos diversos interesses das comunidades escolares.

Nessa rede de colaboração, a parceria da universidade apresenta-se indispensável no mundo contemporâneo, quer seja pela competência de sua comunidade produzir novos conhecimentos científicos, quer seja pela capacidade de ter-se consolidada como instituição formadora de profissionais, dentre eles os da educação.

A comunidade escolar e seus entornos vivenciam os processos educacionais com seus desafios e possibilidades de superação em contextos municipais de mudanças, manifestas em retrocessos ou avanços. Assim, vai-se constituindo uma Rede de Parceiros na Gestão da Escola, na qual cada segmento tem suas próprias contribuições a oferecer.

A seguir, o texto apresenta reflexões sobre diferentes segmentos de parceiros potenciais da escola.

1. Relação Escola-Família-Comunidade

Do ponto de vista sociológico, a comunidade se caracteriza como um conjunto de pessoas com interesses comuns e que se organizam regidos por um conjunto de normas. Do ponto de vista educacional, Paro (1998) define o termo “comunidade” como sendo um conjunto de famílias que, por terem fácil acesso a uma instituição educacional ou por residirem no âmbito regional servido por determinada escola são usuários, efetivos ou potenciais, de seus serviços.

Como exemplo desse tipo de organização está a comunidade escolar, constituída pelos membros do magistério, alunos, pais ou responsáveis pelos alunos e funcionários que protagonizam a ação educativa da escola.

O envolvimento dessa comunidade nas ações da escola e no processo de divisão de responsabilidade torna-se um elo entre escola-família. A participação dos pais de alunos nas ações da escola é um estímulo para que a população desperte para o desenvolvimento de sua consciência crítica, promova a melhoria dos serviços e oportunidades oferecidas pela instituição escolar e incentive a implantação de uma

prática democrática entre os segmentos escolares, construindo um ambiente propício para discussões e análise de problemas cotidianos.

O artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) afirma ser “[...] direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.

A LDB, Lei nº 9.394/96, também incentiva a participação da comunidade na gestão escolar:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: 1. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; 2. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. [...] os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira (LDB, 1996).

No decorrer do processo de desenvolvimento da sociedade e da transferência de parte das funções educativas da família para a escola, tornou-se imperativo a reorganização e profissionalização das funções educativas. Consequentemente, família e escola passaram a desenvolver funções bastante distintas no processo educativo. Essas duas instituições, que deveriam manter parcerias por serem responsáveis pela formação de um mesmo indivíduo, muitas vezes, acabam por se distanciar, podendo chegar a uma cisão (LUCK, 2010).

Nos últimos anos, a preocupação em relação a essa temática ganhou espaço, aparecendo na pauta das discussões de muitos pesquisadores. A literatura aponta que a relação escola-comunidade é ainda muito fragilizada, sendo a participação efetiva das famílias uma das principais dificuldades enfrentadas pelas escolas. Sobre essa (não) participação, Sá (2010) afirma existir

[...] diferentes níveis de profundidade de participação (preparação da tomada de decisão; tomada de decisão; execução da decisão tomada) que representa um primeiro contributo que permite discriminar graus diferenciados de partilha do poder e denunciar o caráter meramente instrumental de boa parte das ofertas participativas, frequentemente situadas no nível da simples consulta e, portanto, suscetíveis de serem utilizadas para legitimar decisões eventualmente já tomadas (p. 71).

Os gestores entrevistados nas escolas das redes municipais de educação da região do Maciço de Baturité afirmam que a relação escola-comunidade ainda é incipiente e confirmam o que a literatura já vinha apontando: a escola apresenta como uma das principais dificuldades, a participação efetiva por parte das famílias nas atividades desenvolvidas pela instituição. Tal afirmação foi retratada no depoimento de um dos gestores entrevistados em uma escola do Maciço de Baturité:

A principal dificuldade que a gente escuta falar mais entre nós pedagogos é a parceria com os pais. Você conseguir trazer os pais para a escola. Não sei se é porque muitas vezes a gente não faz do jeito correto, mas é mais difícil eles virem. Eles alegam que trabalham, alegam que não tem tempo para virem e que vão sempre ouvir reclamações dos filhos (Gestor escolar).

Se o propósito é refletir sobre possibilidades de articulação entre escola e parceiros em potencial, uma indagação se torna pertinente: o que fazer para superar essa realidade? A literatura aponta sugestões para a aproximação entre escola e família. Segundo Luck (2010) a participação da comunidade nas atividades da escola



Pode ser promovida mediante atividades as mais diversas, como por exemplo: a) participar da elaboração e acompanhamento do projeto pedagógico da escola; b) envolver-se na realização de atividades pedagógicas da escola; c) participar de círculos de pais, para trocar experiência sobre a educação dos filhos; d) apoiar iniciativas de enriquecimento de parcerias e trabalho voluntário na escola; e) auxiliar na promoção da aproximação entre escola e comunidade; g) participar da ação da gestão de recursos financeiros da escola (p. 67).

Assim como a literatura, alguns gestores revelam iniciativas que buscam garantir a participação efetiva da comunidade nas ações da escola:

Nós temos o dia da família na escola, é um dia diferenciado, manhã e tarde. É uma vez no ano que tem essa preparação. Os pais vêm e se sentem a vontade para saber como é o dia a dia do aluno na escola, saber o que os filhos fazem na escola, o que eles aprendem. Então tem palestras, tem vídeos, curso de culinária, curso de corte de cabelo, tudo para eles se sentirem bem na escola (Gestor escolar).

Veremos a seguir que a literatura revela sobre a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e da participação da comunidade externa em conselho escolar ou equivalente, como condição para uma gestão participativa que busca aproximar escola, família e comunidade.

Por esse motivo, discutiremos sobre a atuação do Conselho Escolar, a adesão à agricultura familiar e a influência do Bolsa Família como fatores que repercutem no processo de escolarização dos estudantes e circundam a relação escola-família e comunidade.

1.1 Conselhos Escolares

A luta pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira se dá concomitantemente ao regime que se instalou a partir do golpe militar em 1964. Somente com o processo de inflexão e queda do regime de exceção, na década de 1980, é que a sociedade civil organizada avançou na luta por democracia. A construção da gestão democrática da escola pública pode ser reconhecida como consequência de um processo que começou a tomar forma neste período. Batista (2012) explica que:

A questão da escola pública é retomada sob outros matizes: não se aceitava mais a perspectiva de que democratizar a escola era simplesmente garantir o acesso; reivindicava-se, além disso, a democratização das práticas pedagógicas, administrativas e de gestão financeira das escolas, com a garantia de permanência do educando(a) no sistema escolar (p. 1).

Neste cenário de mudanças foi posta em relevo a questão da participação da comunidade escolar e local na gestão da escola. Uma das conquistas sociais relevantes foi a inclusão no art. 206 da Constituição Federal da "gestão democrática do ensino público, na forma da lei" e que começou a criar mecanismos de participação dos pais nas decisões que a escola e seu grupo gestor deveriam tomar. Desde então, vários autores têm estudado a importância da gestão democrática no ensino público, buscando evidenciar que a mesma trouxe várias mudanças para o âmbito escolar, entre elas a eleição dos diretores escolares, as representações da comunidade escolar através dos Conselhos Escolares e a construção democrática e participativa no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas.

No governo de Fernando Henrique Cardoso o processo de descentralização da educação avança e cria-se o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), respon-

sável pelo repasse de recursos federais a escolas públicas estaduais e municipais, fortalecendo assim as relações entre os entes federados. Para o recebimento desses recursos, a exigência era que cada estabelecimento de ensino se transformasse em Unidade Executora, com personalidade jurídica própria, cabendo aos Conselhos Escolares realizar a gestão desses recursos.

A constituição dos Conselhos Escolares, segundo legislação vigente, deve contar com representações de pais, estudantes, professores, funcionários, membros da comunidade local e o diretor da escola. O Conselho Escolar possui caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, e as reuniões devem contar com a presença de representantes dos diversos segmentos, para que sejam discutidos os problemas e possíveis soluções que afetam a toda comunidade escolar. As reuniões do Conselho Escolar podem ser consideradas importantes momentos de planejamento, oportunidade de diagnosticar a realidade da escola e traçar ações que reduzam os pontos negativos e aperfeiçoem seus pontos positivos.

Os Conselhos Escolares passaram a fazer parte do cotidiano da escola pública, independentemente do interesse da instituição. Para o pleno funcionamento deste órgão foi criada uma estratégia de indução do governo federal, a saber: o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, já no governo Lula (VIEIRA, 2012).

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares tem seus fundamentos num conjunto de 12 (doze) cadernos disponíveis no portal do Ministério da Educação (MEC) e que trata sobre temas variados relacionados à criação, papel e áreas de atuação dos conselhos.



Saiba mais

Programa de Fortalecimentos dos Conselhos Escolares

Tenha acesso a mais informações sobre o Programa de Fortalecimentos dos Conselhos Escolares e os cadernos que abordam discussões e orientações sobre esse assunto podem ser encontrados no endereço eletrônico: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619%3Apublicacoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859

Neste mesmo endereço, outras publicações do Ministério da Educação (MEC) foram disponibilizadas.

Sobre a formação e função do Conselho Escolar, o MEC concede as seguintes orientações

O Conselho Escolar é constituído por representantes de pais, estudantes, professores, demais funcionários, membros da comunidade local e o diretor da escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho.

Cabe ao Conselho Escolar zelar pela manutenção da escola e participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira, contribuindo com as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade de ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, garantindo a gestão democrática nas escolas públicas.



Entre as atividades dos conselheiros estão, por exemplo, definir e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores.

Disponível em <<http://bancodeexperienciasce.mec.gov.br/relato/lista>> Acesso em: 24/04/13)

Segundo Vieira (2012) o MEC disponibiliza ainda, aos usuários, acesso a um Banco de **Experiências de Conselhos Escolares**, onde estão cadastradas 180 iniciativas. “Considerando a existência de 27 estados, é interessante observar que alguns se destacam pelo número de registros, caso de São Paulo (39), Ceará (32) e Rio Grande do Sul (25); os demais têm em média uma a duas iniciativas, por vezes um pouco mais” (p. 9-10).

No Maciço de Baturité, alguns gestores revelaram como tem se dado a atuação dos Conselhos Escolares das escolas municipais da região. Segundo depoimentos, o Conselho Escolar parece ser entendido por algumas escolas como o grupo responsável apenas pelo recebimento da verba do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ou seja, existe, mas não é atuante:

Tem, embora o Conselho se confunda, e isso é um prejuízo para nós, às vezes se confunde com aquela coisa do PDDE sabe? Que era a unidade executora. Que é uma coisa que inclusive o Estado conseguiu superar na época... Porque como se criou a unidade executora e ela tenha essa função de gestão dos recursos do PDDE, então ela tirou um pouco da ideia que você tinha do conselho [...] Pensa que é só isso, mas a gente tem trabalhado, as escolas elas têm Conselho, que é a mesma unidade executora e a equipe da gestão da Secretaria, o desafio dela é trabalhar para que eles compreendam que o trabalho desse grupo vai além da gestão dos recursos (Gestor municipal).

Pode-se acrescentar a essa constatação, depoimentos de outros gestores municipais que revelam a resistência de alguns diretores escolares em relação à participação da comunidade no Conselho Escolar. A hipótese explicativa para tal situação seria o receio em ter seu trabalho fiscalizado e sua autoridade questionada.

Muitos diretores, às vezes têm ciúmes porque eles dizem que eu dou mais valor aos pais, mas não é, porque os pais aquele que se engaja mesmo chega aqui e diz “a escola tal está assim” ai as pessoas pensam que vem para... mas não é, ele está é ajudando, colaborando na questão do que está faltando, do que precisa melhorar, do professor que terminou a aula cedo, do professor que não chegou. Às vezes o diretor não diz quem é amigo... (Gestor municipal).

Diante dessas dificuldades, alguns gestores apontam ações que estão colaborando para a solução desse problema: formações para que o Núcleo Gestor aprenda a melhor forma de trabalhar em parceria com o Conselho; reconstrução do Projeto Político Pedagógico (PPP) com a ajuda do Conselho; participação do Conselho na definição das iniciativas a serem implantadas para o alcance de bons resultados no Ideb; e formações para os conselheiros. Observe a seguir como essas ações têm se materializado na prática.

Eu vou fazer uma formação que é sobre Conselho Escolar pela UECE ou UFC e que está saindo agora *online*. O curso era um que eu tinha necessidade, sobre Conselho Escolar. O MEC trabalha muito com essa história de Conselho Escolar. Eu poderia dizer essa necessidade de trabalhar um Conselho Escolar dentro da escola né, porque nós temos aqui uma unidade executora e temos a associação. Às vezes o problema é que a gente traz associação, mas é para ser duas coisas, independente né, ter o próprio Conselho pra tomar decisões pedagógicas, de família dentro da escola mesmo. A associação, ela toma as decisões financeiras e ai a gente sente essa necessidade, mas eu vou começar agora um curso pra trabalhar Conselho Escolar (Gestor escolar).



Para refletir

1. Inspirado por esses depoimentos e por sua experiência pessoal reflita sobre o seguinte questionamento: de que forma a gestão escolar e municipal podem contribuir para que os conselhos passem a atuar de forma mais efetiva?
2. Você pode compartilhar um caso de participação efetiva do Conselho Escolar no cotidiano da escola?
3. Em grupo, elaborem uma ação a ser realizada pela escola, contando com a participação efetiva do Conselho Escolar.

1.2 Programa Bolsa Família

Os estudos sobre o tema apontam programas que visam assistir a comunidade e em alguns casos, servir como ponte entre a escola e a família. São eles: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, já mencionado e o Programa Bolsa Família, foco deste tópico.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de acordo com a Lei nº 10.836, de 09/01/2004 e o Decreto nº 5.209, de 17/09/2004, a partir da unificação de um conjunto de programas sociais de transferência de renda existentes no âmbito do Governo Federal. Com objetivos e públicos diversos, alguns desses programas funcionavam desde a década de 1990, embora de forma independente (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás).

Estudos realizados por órgãos do Governo mostravam que o fato de esses programas serem administrados por órgãos públicos diferentes, localizados em diferentes ministérios, dificultava o planejamento de ações de caráter intersetorial e consequentemente a universalização do acesso ao benefício. A criação do PBF permitiu atender mais famílias em todo o País, evitando que uma mesma família recebesse o benefício de vários programas, enquanto que outras, em localidades e situações semelhantes, não pudessem contar com o recebimento de nenhum recurso.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado com o objetivo de proporcionar às famílias que vivem em situação de pobreza (com renda de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 mensal, por pessoa) e extrema pobreza (com renda de até R\$ 70,00 mensal por pessoa) no Brasil, acesso aos direitos sociais básicos: saúde, alimentação, educação e assistência social.

O programa atende cerca de 12,4 milhões de famílias brasileiras que recebem um benefício mensal que varia de R\$ 22,00 a R\$ 200,00. Em contrapartida ao benefício recebido, as famílias assumem o compromisso de: realizar matrícula e garantir frequência escolar mínima de 85% das crianças e jovens de 6 a 17 anos nas aulas; mantê-los afastados do trabalho infantil; acompanhar a saúde de crianças, de mulheres grávidas e mães que estão amamentando.

Corrêa (2012) entende o PBF como sendo

Um Programa de renda mínima que integra a complementação de renda ao acesso à educação, assim como a permanência escolar. Os beneficiários do programa são crianças de famílias muito pobres que sem o auxílio de uma bolsa mensal provavelmente se evadiriam da escola. O intuito do Programa é elevar o grau de escolaridade e permanência das crianças para aumentar as oportunidades sociais (p. 8).

Diante da importância que o Programa Bolsa Família tem assumido no cenário educacional, alguns gestores escolares associam as matrículas, bem como a frequência dos alunos à existência do programa, como podemos constatar pelo depoimento a seguir.

Tem o Bolsa Família que é um programa que de certa forma incentiva, né? O pai tem aquela preocupação de não deixar a criança faltar, né? Ele não tem aquele conhecimento da importância do aluno aprender, adquirir conhecimento; ele vê muito a questão de ter que ir pra escola se não vai perder o Bolsa família, né? [...] A maioria tem pai analfabeto, pais que, na maioria, enviam crianças por causa do Bolsa Família. E muitas crianças aqui são conscientizadas que tem que vir por causa do Bolsa Família. [...] A ameaça é o que funciona mais aqui... Eu tenho até um modelo da ameaça aqui [...] não é verdade isso daí, sabe? Mas eu minto por que dá certo. Eu digo assim: informamos que a frequência desse programa vai para o departamento do Bolsa Família... O que não é o caso (Gestor escolar).

Tal depoimento leva a crer que a existência do PBF é fator motivador para incentivar a frequência dos alunos. Encontramos depoimentos de gestores que revelam ainda, que utilizam o PBF como auxílio para garantir a participação dos pais nas atividades da escola.

É difícil a participação. Nós mandamos bilhete, muitas vezes a gente chega até a falar que vai ter o cadastro do Bolsa família e a gente vai ter que ter a assinatura deles, a presença deles e a participação na escola e até que eles ainda vêm. Mas é muito difícil trazer os pais para dentro da escola (Gestor escolar).

Diante dos depoimentos, é possível perceber que, no Maciço de Baturité, o Programa Bolsa Família tem se configurado como aliado na busca de garantir a frequência dos alunos e aproximar escola e família com o intuito de que haja um acompanhamento, por parte dos pais, do processo de escolarização dos estudantes.



Para refletir

Diante dessa situação, observe em sua escola/município, a forma como o Programa Bolsa Família tem sido entendido e trabalhado.

1.3 Adesão à Agricultura Familiar

Observamos nos tópicos anteriores que a relação escola-família-comunidade aparece no cenário educacional brasileiro de forma um tanto quanto fragilizada. Diante dessa dificuldade, uma ação parece estar contribuindo para o estreitamento dessa relação e influenciando o processo de escolarização dos alunos: a adesão à agricultura familiar.

Nas últimas décadas do século XX, o acesso à educação básica no Brasil teve crescimento significativo. O País tem apresentado avanços no que se refere ao processo de universalização do ensino fundamental, apesar da existência de muitas desigualdades tanto na oferta como na permanência. Com a expansão do acesso à educação, a escola passa a enfrentar outros problemas: a frequência, permanência do aluno e a qualidade da aprendizagem.

A literatura aponta que os índices mais alarmantes de abandono escolar são registrados entre crianças inseridas em situação de pobreza. Isto se deve principalmente ao fato de que o entorno familiar acaba por influenciar o processo de escolarização dos estudantes.

Inspirado por essa temática Eyzaguirre (2004) discute sobre o “**Ensino Fundamental em situações de pobreza**”, observando que alunos de nível socioeconômico baixo (10% da população mais vulnerável) e socioeconômico médio (32% da população) acabam por alcançar resultados muito inferiores, com déficits na leitura e nos cálculos. Orientando-se pelos dados do SIMCE (sigla em espanhol referente à Sistema de Medição da Qualidade da Educação), a autora percebeu que os alunos pertencentes a estes níveis socioeconômicos apresentam uma média de pontos em linguagem, matemática e atualidades, que na maioria das vezes, está abaixo dos resultados esperados para alunos desse nível de escolaridade.

Na busca por garantir a permanência de milhares de crianças que utilizam os serviços oferecidos pela educação pública brasileira, o governo tem investido na melhoria da qualidade da merenda escolar, que se configura em localidades onde a situação de pobreza é mais forte, como um incentivo para a frequência dos alunos à escola.

Diante da preocupação com a oferta e a qualidade da alimentação que os alunos recebem, as escolas das redes públicas passaram a usar produtos da agricultura familiar na merenda escolar. A proposta é que no mínimo 30% do valor enviado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devam ser utilizados, obrigatoriamente, na compra de produtos oriundos da agricultura familiar com dispensa de licitação, contribuindo com a melhoria da merenda escolar e estimulando a economia local.

Artigo publicado na Revista Estudos Públicos (Verão 2004).



Saiba mais

Agricultura familiar e educação

No Brasil, a agricultura familiar e as políticas de educação têm merecido especial atenção do governo central. Por suas funções estratégicas no processo de desenvolvimento humano, esses segmentos de políticas são induzidos pela gestão pública a estabelecer relações de proximidades, e dois aspectos são ilustrativos: o primeiro aspecto revela uma relação predominantemente econômica e o segundo eminentemente educacional.

A parceria econômica se concretiza mediante promulgação da Lei nº 11.947, que determina que 30% dos recursos repassados pelo FNDE sejam aplicados na compra de alimentos de agricultores familiares. Por outro lado, a implantação, pelo MEC, do programa Projovem campo – Saberes da Terra, que trabalha com a formação/profissionalização de jovens da zona rural no ensino fundamental, completa uma relação de interface entre agricultura familiar e educação. Os elementos, econômico, trabalho e formação/educação determinam os nexos intersetoriais.

Informações sobre o programa Projovem campo – saberes da terra no site do MEC.

Depoimentos colhidos no Maciço revelam o quão importante tem se configurado a prática da agricultura familiar no cenário educacional da Região, que ajuda



a fortalecer a relação escola-família e garante uma renda extra para uma localidade onde a economia é tão fragilizada.

A merenda escolar vem melhorando cada vez mais. Inclusive nós estamos com a merenda escolar da agricultura familiar, que fortalece o sistema. Como eu venho da agricultura, assim que eu cheguei, a primeira meta logo foi reunir uns quarenta agricultores dos assentamentos aqui da área rural. E eu disse “Plantem e criem, porque a escola vai comprar pros filhos de vocês!”. Pode ter certeza, isso foi uma das nossas metas mais fortes e hoje eles estão satisfeitos, meio medrosos no primeiro ano, mas quando viram que o dinheiro começou a sair e que não atrasa e que depois nós trouxemos a nota da Sefaz, então eles estão satisfeitos, eles plantam o suficiente e nós estamos estimulando pra plantar mais (Gestor escolar).

Os gestores relatam ainda, as dificuldades que enfrentam para concretizarem a ideia de aliar família e escola na busca de promover uma alimentação de qualidade para os alunos e garantir uma renda extra para a comunidade:

Eu só tinha uma questãozinha a colocar que é a seguinte, em relação à merenda escolar, é se a gente não faz um planejamento pra que a gente deixe uma sobra de recurso de um ano para o outro, nós já estamos na segunda quinzena de março, até a sexta-feira, eu não te digo hoje porque eu esqueci de perguntar ao coordenador financeiro na segunda-feira, mas assim na primeira etapa da merenda escolar ainda não chegou no município. E assim, quando a gente não tem a receita própria pra cobrir essas eventualidades a gente tem uma certa dificuldade (Gestor municipal).

Diante das dificuldades apresentadas, alguns gestores municipais sentem a necessidade de formações que minimizem problemas que, segundo eles, estão ao alcance do município, como por exemplo, a preparação da agricultura familiar para o abastecimento das escolas:

Acredito ser necessária uma orientação, eu acho que na área de agricultura, na área de desenvolvimento rural... Que alternativas de irrigação que você pode ter que não necessite basicamente da energia elétrica, que é cara e que se torna inviável... Enfim, eu questiono isso com o pessoal da agricultura familiar, que a gente está recebendo esses recursos que são pensados para o desenvolvimento local, mas termina que não há uma política de acompanhamento e de apoio para que essas coisas deem certo sabe? Aí termina que não dá em nada, né? Então você tem um manancial de água fantástico em Itapiúna que é da barragem, desce água perenizando do rio até encontrar com outros rios lá embaixo e você pode percorrer essa extensão todinha que você não encontra uma cebolinha plantada, um coentro, um tomate, um nada, né? É, eu acho que a gente poderia estar despertando as pessoas para isso, informando, mostrando que isso é possível, que dá para fazer, que tem como fazer (Gestor municipal).

A partir do que foi exposto, percebe-se que uma ação bem estruturada de intercâmbio secretaria-escola-comunidade se faz necessária na busca de avanços na garantia de uma merenda de qualidade a partir dos produtos recebidos da Agricultura Familiar, colaborando, assim, para que as famílias minimizem as dificuldades econômicas que enfrentam diariamente, além de contribuir para que essas dificuldades não sejam convertidas em desigualdade de desempenho e de oportunidades para os alunos.



Para refletir

1. Reúna-se em grupo e discuta: há essa percepção positiva da Agricultura Familiar como instrumento de apoio à permanência da criança na escola? Se há, como isso se dá?
2. Diante dessa realidade que ações podem ser implantadas para que a agricultura familiar se fortaleça como instrumento de apoio à gestão escolar na permanência do aluno na escola e da melhoria da qualidade do ensino?

2. Relação Escola-Secretaria Municipal de Educação

As Secretarias Municipais de Educação (SME) ampliam as suas responsabilidades na gestão das políticas municipais, em nosso País, num contexto em que o município é elevado à categoria de ente federativo, com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Esse fato é reafirmado com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9394 de 1996). Os dois documentos compõem o marco legal no processo de formulação e de implantação de políticas em educação no Brasil. Por isso, tais documentos passaram a orientar, nessa direção, a União, os estados e os municípios.

Para Azevedo (2001)

A Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 definiram com clareza o papel e a importância do município como ente federativo autônomo, na formação e na gestão da política educacional, criando, inclusive o seu próprio sistema de ensino. Também do ponto de vista legal está definida a colaboração entre a União, estados e municípios como sendo o regime adequado para a busca de uma educação de qualidade e não excludente (p. 141).

É importante mencionar que num contexto mais amplo o Brasil é impulsionado a promover reformas na estrutura administrativa da gestão pública e, por consequência, suas políticas também são alteradas e dentre elas a política de educação, considerada estratégica para o desenvolvimento econômico.

Sobre esse contexto Parro (2012) afirma que:

A reforma da educação efetivada na década de 1990 realizou-se predominantemente como um ajuste à lógica de mercado e às políticas neoliberais com as indicações de organismos internacionais. Dentre as principais instituições à frente na definição de políticas para a educação estão: a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM), a Comunidade Europeia (CE), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e o Programa e Reformas Educacionais da América Latina e Caribe (PREAL) (p. 31).

O texto constitucional, em seu artigo 18, reconhece o município como componente da organização político administrativa da Federação, quando afirma: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”.

Dessa forma, o município deverá ser regido por Lei Orgânica (Constituição Municipal), que deverá ser votada e aprovada pela Câmara Municipal, respeitando princípios estabelecidos pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado e preceitos específicos da organização política do município, tais como: a eleição e posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores, composição numérica da Câmara Municipal e condições de atuação dos gestores do poder executivo e dos parlamentares do poder legislativo.

O município elevado à condição de ente federativo legitima-se com autonomia para a proposição e efetivação de políticas públicas, mesmo que essa liberdade seja relativizada, tendo em vista a existência, no texto constitucional, do princípio da colaboração entre União, estados e municípios na execução de tais políticas.

Por outro lado, a LDB ao tratar da organização da educação nacional repete determinação constitucional ao propor em seu artigo 8º: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”.

Decorrente dessa determinação a LDB, em seu artigo 11, indica incumbências para o município na gestão de sua política de educação, descritas sinteticamente a seguir: I. organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; II. exercer ação redistributiva em relação às suas escolas, III. baixar normas para o seu sistema de ensino; IV. autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V. oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade para o ensino fundamental e VI. assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

A LDB, em seu artigo 18, assim delimita a composição do sistema municipal de educação: I. as instituições de ensino fundamental, médio e educação infantil, mantidas pelo poder municipal; II. Instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada e III. Órgãos municipais de educação. Esse marco legal concede ao município grande importância na gestão de sua política educacional.

O processo de municipalização da educação se acentua com a Emenda Constitucional nº 14/96, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), Lei nº 9.424/96 vigente no País, a partir de 1998. Para Vieira (2008) o objetivo do Fundef foi:

Assegurar a “universalização do ensino fundamental” e a “remuneração condigna do magistério”. (...) alterou substancialmente a fisionomia do sistema educacional brasileiro. Para os municípios, sua criação significou grande injeção de recursos para a educação, representando cerca de 40% das receitas advindas de transferências voluntárias a estes repassadas (p. 60).

Com a implantação do Fundef houve uma corrida de muitas prefeituras, para incluírem alunos do ensino fundamental em suas redes de ensino, até então atendidos em escolas públicas estaduais. Colaborando com a afirmação, dados oficiais recentes apontam que os municípios brasileiros foram responsáveis por mais da metade das matrículas da rede pública (53,93%), contabilizando mais de 23 milhões de matrículas em suas unidades escolares (INEP, 2010). De maneira mais detalhada, os municípios foram responsáveis, respectivamente, por 98,50% e 61,82% das matrículas da rede pública na educação infantil e no ensino fundamental.

Os números são suficientes para evidenciar a importância do município no cenário da educação brasileira, decorrente do processo de descentralização da gestão

de políticas em nosso País. Daí emerge, de maneira acentuada, o papel da Secretaria Municipal de Educação (SME). Concebida como instância de maior responsabilidade na gestão da educação municipal, deve ser a responsável pela mobilização dos atores organizados em suas instituições, em grupos ou individualmente, para fazer da educação uma temática reconhecida como de grande importância para a vida em sociedade e de elevado interesse dos cidadãos habitantes do município.

Como órgão gestor da educação municipal, a SME deve se preocupar com a articulação e a mobilização dos elementos que compõem o seu Sistema: as escolas públicas municipais e programas sobre a responsabilidade do município, as escolas privadas de educação infantil, o Conselho Municipal de Educação, o Plano Municipal de Educação e ainda investir esforços para integrar o município no Plano de Ações Articuladas (PAR).



Saiba mais

Plano de Ações Articuladas

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é um instrumento criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2007, para auxiliar as secretarias de Educação de estados e municípios no planejamento de ações. Ele funciona como um *check-up* médico da Educação: os itens problemáticos são reconhecidos e, a partir daí, são tomadas medidas para solucioná-los. O PAR permite que os municípios e os estados avaliem seus problemas na rede de ensino nas áreas da gestão educacional; formação de professores e de profissionais de serviços e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Ao tomar conhecimento dos problemas informados por estados e municípios, o MEC, através de um trabalho de colaboração e respeito à autonomia entre os entes federativos, apoia-os com assessoria técnica e recursos para implementar mudanças. O PAR está articulado ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que estipula 28 diretrizes para melhoria do ensino nacional, que por sua vez, se constitui num programa do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), também instituído em 2007.

Fonte: www.todospelaeducacao.org.br

A sua relação com a escola deve ser marcada pela proximidade e colaboração. Deve ser apoio constante no trabalho desenvolvido cotidianamente, desde a construção do projeto pedagógico até a realização de seus planejamentos. Ao promover a formação continuada dos professores, deve zelar pela valorização da profissão docente, acompanhar os resultados de aprendizagem dos alunos e orientar a gestão para o bom uso de tais resultados na perspectiva de melhorar a qualidade da educação. Por último, deve incentivar e orientar as escolas a buscarem parcerias que possam fortalecer seus projetos pedagógicos.

Com tamanha responsabilidade e grande volume de atividades a desenvolver, torna-se imprescindível que as SME sejam dotadas de condições para a realização do seu trabalho. Estudos realizados em escolas ligadas às redes municipais de ensino na região do Maciço de Baturité dão uma ideia, em alguns aspectos, das relações construídas pelas SME e as escolas no desenvolvimento do trabalho específico de cada instância.

As falas dos gestores escolares revelam que, de maneira geral, há boa relação entre SME e escolas e apontam a formação continuada dos professores como ponto forte nessa relação.

Eu acho que a questão da capacitação foi muito importante porque os professores tiram as dúvidas, aprendem a manusear o livro didático, e eles conseguem, de certa forma, tirar todas as dúvidas de lá, ou em outras capacitações eles tiram para que eles resolvam todos os problemas que tem de aprendizagem, material didático [...] Porque nas capacitações os formadores dão materiais extras para que eles utilizem em sala, vejam se deu certo para na próxima capacitação eles apresentarem lá se deu certo ou se não deu. Você procura trocar ideia com os colegas e ver o que deu certo e você tenta aplicar na sua e vai melhorando (Gestor escolar).

Outro tema enfatizado pelos gestores escolares nas relações mantidas com a Secretaria foi a orientação e o acompanhamento para que as escolas possam alcançar melhores resultados de aprendizagem, em especial, nas avaliações externas. Nesse aspecto, assim se manifestaram:

A Secretaria, não só nessa escola, mas em todas as outras, ela disponibiliza duas pessoas para cada escola, para ajudar na questão do Spaece. Eles vêm, fazem um diagnóstico e a gente desde o início que a gente já faz o diagnóstico, quando eles chegam elas fazem o diagnóstico aluno por aluno (Gestor escolar).

Os gestores reconhecem, no trabalho das Secretarias, iniciativas de colaboração na construção de uma educação de qualidade nos municípios do Maciço.

O material didático do aluno que é muito bom, até porque os professores têm oportunidade de escolher, não existe uma obrigação para escolher certos livros, e esse material é riquíssimo. As semanas pedagógicas que ocorrem duas vezes no ano também são riquíssimas, porque eles escolhem profissionais para trabalhar temáticas em cada sala e cada reunião a gente recebe a presença do Secretário que é bastante presente. E as formações continuadas que acontecem todo mês também é uma importante iniciativa (Gestor escolar).

Os gestores destacaram também o trabalho de acompanhamento da Secretaria e ainda reconhecem o esforço de trazer profissionais vinculados a organizações com potencial de ampliar parcerias, reforçando assim, o trabalho escolar.

Fizeram o reforço durante todo o ano e tudo com o apoio da Secretaria. Fizeram palestras com psicólogo e o psiquiatra veio também dar palestra, com o Conselho Tutelar, o CRAS, então foi uma ação direta dentro da escola pela Secretaria de Educação (Gestor escolar).

No entanto, há também restrições ao trabalho realizado pelas Secretarias. Relatos dão conta de que o elevado número de ações propostas inviabiliza o sucesso de todas, além da existência de pressão, manifesta por incisivas cobranças, dificulta a realização de um bom trabalho.

Assim... como a gente escuta os professores, eles acham que em alguns momentos os projetos da Secretaria são demais, que tem coisa demais para fazer e, às vezes, não suportam as ações pedagógicas já existentes na escola, também acham que o salário poderia ser mais valorizado (Gestor escolar).



Para refletir

Você que vivencia o cotidiano das relações estabelecidas entre Secretaria e escola, o que sugere para melhorar tais relações e provocar efeitos positivos para o bom rendimento do trabalho na escola?

3. Relação Escola-Universidade

A Universidade, cujas origens remontam à Idade Média, nasceu e se desenvolveu em grandes centros urbanos e se configurou como elo importante no processo de desenvolvimento da sociedade. A maioria dos países adotou tendência de criá-las em regiões de interesse cultural, social e/ou econômico.

No Brasil, o movimento de criação de instituições de ensino superior teve trajetória semelhante, com a característica de que as primeiras instituições de educação superior (IES), criadas no início do século XIX por iniciativa do Estado, justamente nas capitais dos estados mais desenvolvidos, tinham por objetivo atuarem como escolas de formação profissional. Apenas na década de 1940 do século XX elas começaram a se tornar Universidades (CUNHA, 2007).

Na década de 1970 houve forte expansão do sistema de ensino superior como instância de formação profissional, por meio do setor privado, que desde então se tornou hegemônico na oferta de educação superior. No entanto, neste mesmo período, o Governo Federal criou alguns mecanismos e instituições (agências de fomento, em especial) com o objetivo de tornar algumas IES públicas 'centros de excelência' em pesquisa (MENEGHEL, 2001).

A partir de meados da década de 1990, teve início uma nova e forte onda de expansão do sistema de ensino superior exclusivamente por meio do setor privado. No entanto, no governo do presidente Lula da Silva (2003 - 2010) as instituições públicas passaram por processo de expansão, gerando oferta prioritariamente em cidades fora da região metropolitana das grandes capitais. E até mesmo em zonas de fronteira (um movimento chamado de 'interiorização'), com forte foco na inclusão social.

Nesta perspectiva, a função social da Universidade seria uma tentativa de contribuir para a redução das desigualdades regionais e melhoria da qualidade de vida da população, mediante trabalho pautado pela produção de conhecimento, pela ação extensionista e pela formação humana e profissional.

Pensando na função social da Universidade, destacamos relatos de gestores municipais e escolares sobre duas questões que expressam de que forma a universidade pode efetivamente cumprir a função em questão. Diretores evidenciam possibilidades de a Universidade contribuir com o trabalho da escola. Verifica-se ainda, a crença dos gestores na competência instalada na Universidade.

Hoje a Universidade pode ajudar muito o município, no município falta profissional qualificado e na Universidade tem. Qualificado pra quê? Para entender as questões pedagógicas, pra contribuir no dia a dia das ações didáticas, pra buscar compreender as dificuldades que impedem o aluno aprender (Gestor municipal).



Os gestores também acreditam que a Universidade pode ajudar a escola promovendo a formação dos professores em nível superior. Acreditam que tal formação é importante para a qualificação do professor e para a melhoria do trabalho desenvolvido por todo o coletivo que atua no interior da escola.

Nós chegamos a ver essa demanda, a conversar com os professores, porque nós ainda temos professores que ainda tem o ensino médio normal. Nós temos uma demanda de, acho que não tenho o número exato, mas chega quase a 40 professores com ensino médio normal e que se a gente não fizer um incentivo a eles, eles não vão fazer graduação porque são profissionais já efetivos há muitos anos e não querem mais. E isso não é bom para eles e nem para nós enquanto rede (Gestor municipal).

Os gestores acreditam que a Universidade pode colaborar com o desenvolvimento da comunidade do seu entorno, ampliando o leque de oferta de formação, se constituindo em agente de grandes mudanças em diferentes áreas de políticas públicas. A Universidade é percebida como agente promotora de melhoria da qualidade de vida.

Não só pra educação. Eu vejo o seguinte que nós temos que pensar também outros cursos, eu posso até agora ser muito utópica, por que falta médico? Por que que tem criança sem atendimento? Por que que falta enfermeiros para o PSF? Então eu acho que tem que diversificar, tem uma contribuição, era possibilitar mais cursos voltados para outras áreas, porque isso ia possibilitar o desenvolvimento da região, imagina uma faculdade de medicina nessa região, nós teríamos que ter hospital para atender essa demanda e isso já teria um impacto direto, com um atendimento pra população, isso desenvolve também o comércio local, isso atrai mais pessoas, quer dizer eu diria que não da região, mas estar fora da região, eu acredito que viria gente de outros estados, de outras cidades, fazer parte dessa história, buscar essa formação e até ficar aqui na região (Gestor municipal).

Nesse contexto em que tanto se discute a função social da Universidade, nasce na região do Maciço de Baturité a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab). Mas seria essa universidade capaz de dar conta de todas essas demandas? Afinal, qual o objetivo dessa universidade?

Apesar de sediada em local estratégico do Maciço e com projetos em processo de desenvolvimento em municípios da Região, a proposta da Unilab parece ainda ser desconhecida por alguns gestores, fato constatado a partir dos depoimentos colhidos, como segue:

É uma Universidade de negros... não é? Foi a primeira visão que a gente teve. Que é uma chance dos alunos que não têm condições financeiras para pagar uma faculdade particular (Gestor escolar).

Vinha trazer alunos da África, né? Inclusive meu esposo uma vez vinha em uma topique e tinha dois policiais dizendo "macho tu sabia que vem uma *negrarada* aí horrível pra Redenção?", meu esposo ficou pasmo com aquilo, sabe? Preconceito, né? Meu filho mesmo, graças a Deus eu consegui tirar. Ele hoje tem 13 anos, quando ele soube que a Unilab vinha ele "ave Maria! Vem muito negro pra Redenção! [...] Foi a conversa que se expandiu. Ai eu disse assim "é meu filho, mas esses negros são pessoas iguais a nós, seres humanos, e quem sabe um dia você não vai também ingressar nessa faculdade? E vai se integrar com esses negros? (Gestor escolar).

Diante dessa constatação, faz-se necessário entender a proposta da Unilab para refletir sobre as formas que a relação entre as escolas e essa instituição podem se

configurar. Essa Instituição, última das 14 (quatorze) universidades federais criadas no período do governo Lula, tem como objetivo:

...ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (Lei nº 12.289/2010, Art. 2º).

Segundo as *Diretrizes da Unilab*, a tarefa de promoção do desenvolvimento social e econômico sustentável será realizada por meio de ações articuladas em torno de áreas estratégicas e prioritárias, tanto do Maciço quanto dos países parceiros na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sendo inicialmente: (a) Desenvolvimento Rural; (b) Saúde Coletiva; (c) Formação de Professores; (d) Tecnologias e Desenvolvimento Sustentável; (e) Gestão Pública. Com base nestas áreas, a Universidade iniciou suas atividades em maio de 2011, com cursos de graduação em Agronomia, Enfermagem, Formação de Professores de Ciências da Natureza e Matemática, Engenharia de Energias e Administração Pública.



Saiba mais

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996. A organização tem como objetivos centrais: a concentração político-diplomática entre seus membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios: igualdade soberana dos estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela sua integridade territorial; promoção do desenvolvimento e a promoção da cooperação mutuamente vantajosa. São membros da CPLP os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Nesse cenário, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) nasceu baseada nos princípios de cooperação solidária, em parceria com outros países, principalmente africanos. A Unilab desenvolve formas de crescimento econômico, político e social entre os estudantes, formando cidadãos capazes de multiplicar o aprendizado. Foi gestada a partir da criação de uma Comissão instituída pela Secretaria de Educação Superior em outubro de 2008. Ao longo de dois anos fez levantamentos e estudos a respeito de temas e problemas comuns ao Brasil e países parceiros nessa integração. Levantou atividades para o planejamento institucional, preparou a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças etc.



Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. Atualmente, a instituição oferece oito cursos de graduação, sendo sete na modalidade presencial e um na modalidade a distância, e cinco cursos de Especialização, sendo dois na modalidade presencial e três na modalidade a distância. As atividades acadêmicas se concentram em três campi: *campus* da Liberdade (Redenção/CE), *campus* dos Palmares (Acarape/CE) e *campus* São Francisco do Conde (São Francisco do Conde/BA).

Fontes: Informações no endereço eletrônico: <http://www.cplp.org/id-46.aspx>. Acesso em 08/11/13 do site da UNILAB. <http://www.unilab.edu.br/>. Acesso em 08/11/13).

A constituição da Unilab, instituição de ensino, pesquisa e extensão deu-se, portanto, orientada tanto à construção de vínculos com a realidade específica da região onde está inserida, o interior do Ceará – o Maciço de Baturité –, como à promoção da cooperação internacional com os países lusófonos.

Entre muitas iniciativas que vão surgindo em prol de maior integração entre a Universidade e a comunidade, na qual se inclui a escola, tem destaque um movimento com ramificações em vários países do mundo, incluindo recente apoio da Unesco e do qual participa a Unilab. Reconhecendo o papel da universidade para o desenvolvimento regional e local, situa esta como instituição estratégica e com potencial de sustentabilidade em contextos frequentemente marcados pela descontinuidade das políticas públicas.

O movimento inspira-se nas recentes tendências de redes de investigação universitárias fundamentadas em parcerias e no engajamento comunitário. Neste, a integração 'Universidade e Comunidade' é abordada através de temas que focalizam a problemática do planejamento e da execução de políticas públicas, buscando investigar desde a eficiência da gestão, até as expectativas e a parceria de atores locais quanto ao papel da Universidade com o seu entorno.

Estas redes têm constituído um movimento internacional que congrega experiências e referenciais de trabalhos realizados em parcerias numa perspectiva de economia solidária fundada no trabalho e na pesquisa colaborativa: os saberes e conhecimentos próprios de cada segmento (universidade e escola, no caso) são articulados em prol das transformações e melhorias de contextos educacionais, culturais, sociais, econômicos e políticos.

A perspectiva da economia social ou solidária articula a parceria dos dois atores, Universidade e comunidade escolar, permitindo uma compreensão mais completa dos problemas sociais e uma ação mais pontual e eficiente nas intervenções de transformação e melhoria de vida.

A convergência das experiências, conhecimentos e saberes próprios destas duas instâncias viabilizam a articulação de forças tanto para a identificação de questões e problemas centrais, como para a análise realista e situada destes, tendo em vista produzir conhecimentos necessários à formulação de políticas de intervenções duradouras por parte da Universidade e de engajamentos dos atores da escola (comunidade) nas transformações reais dos seus contextos sociais.



Para refletir

A partir da proposta da Universidade e das necessidades, tanto das escolas quanto da comunidade, reflita sobre como a Unilab pode intervir no contexto do Maciço.

4. A escola e outros parceiros

Este tópico aborda sobre outras possibilidades de parcerias com o sistema educacional. É evidente que nenhuma escola consegue caminhar sem estabelecer vínculos externos e que o sucesso do trabalho que realiza está fortemente condicionado a sua capacidade de colaborar para a formação dessa teia de relações.

Como já foi mencionado no início deste módulo, um dos parceiros mais importantes e indispensáveis para a escola é a família e a comunidade. O envolvimento dos pais e da comunidade permite a sustentabilidade do processo educacional. Por isso, é necessário realizar atividades que busquem atrair a comunidade para dentro da escola. Outras parcerias importantes são: instituições públicas e privadas, associações, empresas, centros culturais, várias instâncias do governo e outras instituições de ensino.

Para iniciar o estudo deste tópico e encerrar a discussão do módulo, vejamos o que pensa Blasis (2006) sobre o trabalho das parcerias nas instituições públicas de ensino:

As parcerias são como “indicadores de governabilidade local”, pois são essenciais à sobrevivência das políticas públicas. Além de abrir espaço para a participação de diferentes segmentos nos rumos dessas políticas, elas trazem um aporte de recursos, sem os quais a manutenção ou o início de ações no setor público não seriam possíveis, em vista da escassez de recursos enfrentada pelas prefeituras, população e gestores vão encontrando saídas para a solução dos problemas educacionais (p. 63).

A gestão precisa ver a escola na perspectiva de Modelo de Sistema Aberto que apresenta a instituição escolar como um elemento complexo que interage com seu meio. Rosalind Levačić (2006), abordando esse modelo de sistema, diz que a organização escolar “é uma entidade que tem como finalidade gerar produtos que ela troca com as partes em seu ambiente externo por recursos e apoio, sendo, assim, dependente do seu ambiente” (p. 131). Nesse caso, o produto nada mais é do que uma educação de qualidade que, por favorecer a todos, necessita de colaboração do seu meio externo. “A partir dessa perspectiva, a organização educacional é um sistema de insumo-produto”, conclui a autora.

É importante destacar que antes de criar vínculos externos à escola, é preciso fortalecer as relações internas. Todos os atores escolares devem estar cientes de seus deveres e do valor do trabalho colaborativo no regime interno, para, só então, ampliar sua rede de participantes. Podemos trilhar um percurso adequado que a escola poderia seguir:

1º Gestores da Escola: é fundamental que a direção esteja comprometida com o sucesso de sua escola buscando e apoiando a formação de um sistema de parcerias em sua comunidade escolar. Para isso, deve-se levar em consideração que o sistema de parcerias colabora para diminuir a evasão e a violência dentro das escolas.



2º Família-Comunidade: todas as atividades realizadas pela escola devem ser de conhecimento dos pais de alunos, visando ao comprometimento, participação e valorização do trabalho dos alunos e profissionais. A comunidade do entorno também deve ser atingida pelos programas da escola, pois irá cobrar, facilitar e até propor atividades, por vivenciar as reais necessidades do meio externo.

3º Instâncias do governo – Município, Estado e União: estes, sem dúvida, são os parceiros inerentes à escola. A responsabilidade de parceria aqui é estipulada em lei pela Constituição Federal em seu art. 205 e pela Lei de Diretrizes e Bases em seu art. 2º. A estas instâncias compete o dever de fornecer recursos materiais e imateriais que garantam o bom funcionamento escolar, como recursos financeiros, profissionais capacitados, alimentação, material didático, entre outros.

4º Instituições de ensino, fundações e associações: quando essas parcerias são estabelecidas começamos a perceber a educação como foco do desenvolvimento humano, todos trabalhando em prol de um mesmo objetivo, todos ganhando. Essas instituições apoiarão o trabalho pedagógico e ampliarão as possibilidades de desenvolvimento do aluno, bem como promoverão a troca de experiências. Nesse caso há uma explícita “via de mão dupla” em que a escola recebe e ao mesmo tempo fornece a seus parceiros, aprendizado. No fim alcança-se um único objetivo: educação de qualidade.

5º Instituições públicas e privadas, empresas e centros culturais: esse tipo de parceria deve ou pode complementar os investimentos do Estado por meio dos projetos patrocinados. A parceria não deve retirar a responsabilidade do Estado de promover a educação básica a toda população, mas sim potencializar os seus investimentos nessa área.

Mas como a escola e seus parceiros devem se organizar?

Vale ressaltar que cada uma dessas esferas busca representar a dinâmica da parceria que envolve todos os atores participantes da gestão interna da escola junto aos mais diversos atores e entidades que constituem o grande núcleo educacional. Todos devem se comprometer e assegurar sua contribuição frente aos desafios de emancipação da comunidade humana.

A educação precisa trabalhar em conjunto e diferentes organismos precisam se unir para alcançar resultados mais eficazes. O documento *A Carta da Terra* fala sobre unir as diferenças para buscar o bem comum e promover uma sociedade sustentável.

A vida, muitas vezes, envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

O trabalho em parceria é uma via de mão dupla. As instituições parceiras oferecem sua contribuição à escola que, em contrapartida, promove uma educação de qualidade, preparando o aluno para a vida social e profissional, oferecendo atividades de formação para a comunidade e favorecendo o crescimento de sua região.





Saiba mais

Conheça o trabalho realizado pelos “Parceiros da Educação”. Trata-se de uma Instituição sem fins lucrativos que promove parcerias de escolas públicas com outras instituições. Acesse o site: <http://www.parceirosdaeducacao.org.br/principios.php>

Leitura extra: Reportagem “Parceiros na Aprendizagem” na Revista Nova Escola.

Acesse: <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/parceiros-aprendizagem-423371.shtml>

As instituições parceiras podem atuar em diferentes áreas da escola, seja com o apoio pedagógico, capacitação profissional, oferta de espaço físico, formação social, ou por meio de projetos que abordem temas relevantes à escola. Na maioria dos municípios da região do Maciço de Baturité, observou-se a forte presença de algumas instituições colaboradoras da escola, como o Conselho Tutelar, saúde familiar (Programa Saúde na Escola e Programa Saúde Familiar) e instituições religiosas. Observem a fala de um gestor educacional sobre a existência de parcerias nas escolas de seu município

As parcerias são aquelas triviais, assim, em termos governamentais, com as próprias secretarias de saúde, assistência social. Inclusive nessa questão do PSE, nós fizemos o trabalho de saúde e educação, programa saúde na escola. A gente fez essa parceria com a assistência social também da mesma forma, a gente trabalha nesse sentido, com a questão da interdisciplinaridade (Gestor municipal).

Nós temos uma parceria com o Conselho Tutelar e com a Secretaria de Assistência Social para as crianças com deficiência. Toda essa parceria é para que nenhuma criança fique fora da sala de aula (Gestor municipal).

Como visto no depoimento, estas parcerias são indispensáveis à escola por diversos motivos, mas o maior deles é a frequência escolar que deve influenciar nos resultados das avaliações.

Para o sucesso de uma parceria é fundamental que todas as ações realizadas sejam acompanhadas e avaliadas sistematicamente. Nesse sentido, os projetos e as atividades propostas devem ser acompanhadas e avaliadas periodicamente, seus resultados tornando-se base para as ações pedagógicas a serem implementadas na escola.

Os desafios da educação ocorrem ao longo do tempo, o que requer permanentes revisões e inovações. O processo de crescimento para alcançar o sucesso é árduo e lento. Para se obter resultados consistentes, as parcerias devem ser estabelecidas em programas de metas de longo prazo. Do contrário, serão apenas programas emergenciais e assistencialistas, que não deixarão legado para a comunidade escolar.



Para refletir

Pesquise em sua região possibilidades de parcerias para sua escola e crie um plano de ação focando em uma das seguintes áreas: infraestrutura, pedagógico, formação profissional, higiene e saúde, informática ou esportes.



5. Considerações finais

O estudo deste módulo nos fez refletir sobre a função social da escola, destacando a sua responsabilidade na formação de pessoas, ou seja, de seres humanos. Para que cumpra o seu papel, necessita de um coletivo comprometido com a estruturação das condições básicas, em seu interior, que possam permitir a aprendizagem de todos os alunos num ambiente que facilite, ao mesmo tempo, o desenvolvimento integral de pessoas.

Por outro lado, a escola necessita também das condições de infraestrutura, de pessoal qualificado, de equipamentos, de material didático e de outros insumos. Tais condições básicas devem ser garantidas pelo Estado, responsável maior pela oferta de políticas em educação.

O módulo abordou a escola considerando sua natureza complexa de espaço de formação, onde todos devem desenvolver o trabalho que tem um componente individual e ao mesmo tempo coletivo. Qualquer membro do núcleo gestor, professor, funcionário ou aluno tem suas responsabilidades que somente ele pode desenvolver, mas que a realização desse trabalho é quase sempre consolidada em ações coletivas.

Além disso, refletimos que a escola como espaço essencialmente de formação humana está sempre situada num contexto em que coabita com uma ampla variedade de organizações que também realizam trabalhos para o cumprimento de suas funções. A escola com suas especificidades e no contexto em que está inserida, está condicionada a realizar o seu trabalho dispondo-se a buscar o apoio e a colaboração dessa diversidade de organizações de variados setores, quer seja dos poderes públicos, quer seja da iniciativa privada ou das organizações não-governamentais.

O módulo apresentou amplo espectro dessas organizações e setores, com diferentes níveis de possibilidades de construir uma rede de colaboração. Da família às organizações próximas da escola; dos órgãos públicos, passando por programas governamentais, até setores da iniciativa privada, são muitos os parceiros em potencial.

A escola que consegue envolver sua comunidade interna na elaboração de seu projeto de educação tem a autoridade, legitimada pelas relações democráticas travadas, para iniciar um diálogo com diferentes segmentos sociais organizados em outras instituições para se fortalecer na sua grande missão: oferecer educação de qualidade para todos que a buscam. Um projeto pedagógico bem definido, construído coletivamente, por sujeitos comprometidos, terá amplas possibilidades de conquistar apoio.

As informações e sugestões apresentadas na busca de levantar possibilidades de a escola constituir sua rede de colaboração, e melhor desenvolver o seu projeto educativo, foram aqui reveladas com o objetivo de ampliar o conhecimento dos participantes do curso sobre o assunto. Ao mesmo tempo, buscou-se proporcionar encontro desafiador com o contexto em que a escola está inserida.

No entanto, é oportuno dizer: não existe fórmula pronta. Há caminhos e cada escola, com seus conhecimentos, suas especificidades e vontade política, oxalá encontrará pistas para tecer a sua rede de colaboração. Acredita-se que o trabalho educativo em rede fortalecerá o projeto de formação humana, intencionalmente, proposto pelo coletivo da escola.

Referências

- AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. A UNDIME e os desafios da educação municipal. **Revista Estudos Avançados** (on line). v. 15. n. 42, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.php?pid=S0103-40142001000200004&sc>>. Acesso em: 09.10.13.
- BARBOSA, Selma Maquiné. **O papel dos conselhos na construção democrática da gestão das escolas e dos sistemas**. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/SelmaMaquinaBarbosa_int_GT4.pdf. Acesso em: 22/04/13.
- BATISTA, Neusa Chaves. **O conselho escolar e a gestão democrática da escola pública no Brasil**. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/NeusaChavesBatista_res_int_GT8.pdf. Acesso em: 22/04/13.
- BLASIS, Eloísa de. Os habitantes fazem a diferença nos projetos municipais da educação. **Cadernos Cenpec**. v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/148/179>> Acesso em: 02/10/2013.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9394/96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394lbn1.pdf>. Acesso em: 19/10/12.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 19/10/12.
- CARTA da Terra**. Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html> Acesso em: 23/09/2013.
- CORRÊA, Juciani Severo. **As Contribuições do Programa Bolsa Família: inclusão e permanência escolar**. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2238/152> Acesso em: 23/02/13.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- EYZAGUIRRE, Bárbara. Claves para La educacion em Pobreza. **Estudios Publicos**. 93. Verano 2004. p. 249-277.
- LEVAČIĆ, Rosalind. A Gestão de Instituições educacionais: um enfoque de sistemas abertos. In: **Gestão em educação: estratégia, qualidade e recursos**. Margaret Preedy [et al.]. ; Tradução Gisele Klein. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 5ª edição. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- MENEGHEL, Stela M. A crise da Universidade moderna no Brasil. Unicamp: Campinas, 2001. **(Tese Doutorado)**.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1998.
- PARRO, Ana Lúcia Garcia. Gestão da escola, qualidade do ensino e avaliação externa, desafios na e da escola. **Revista Paulista de Educação**. v. 1. n. 1, Bauru-SP, 2012. Disponível em: <<http://hotsite.bauru.sp.gov.br/rpe/arquivos/arquivos/artigo1.pdf>> Acesso em: 30.07.13.
- SÁ, Virginio. A (não) participação dos pais na escola: a eloquência das ausências. In: VEIGA, Ilma Passos Alecastro. FONSECA, Marília (orgs). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas, SP: Papirus, 2001. Edição Atualizada, 2010.
- VIEIRA, Sofia Lerche. **A escola e seu entorno social** – algumas questões (im)pertinentes. Fortaleza, 2012, mimeo.
- _____. **Educação Básica: política e gestão da escola**. Fortaleza: Liber Livro, 2008.



Sites

<http://www.obrasileirinho.com.br/denunciar-crime-contra-crianca-e-fcil-veja-como-conselho-tutelar-quando-surgiu-e-para-que-serve/>. Acesso em 31/10/13.

http://www.egen.org.br/arquivosbd/basico/0.230149001296753559_conselho_dos__da_crianca_e_do_adolescente.pdf. Acesso em 02/11/13.

<http://www.juventude.gov.br>. Acesso em 31.10.13.

<http://www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em 31.10.13.

<http://www.cplp.org/id-46.aspx>. Acesso em 08.11.13.

<http://www.unilab.edu.br/>. Acesso em 08.11.13.

Sobre os autores

Jacques Therrien: Professor Pesquisador CNPq (UECE).

José Osmar Vasconcelos Filho: Aluno do Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da UECE.

Priscila Marize Santos Amorim: Bolsista CNPq Apoio Técnico.

Willana Nogueira Medeiros: Graduanda em Pedagogia e Bolsista de Iniciação Científica CNPq (UECE).

